



## NOTA TÉCNICA SOBRE O PROGRAMA ENSINO INTEGRAL

Lançado em 2012, o Programa Ensino Integral (PEI) tem sido apresentado pelo Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) como um modelo exitoso de política educacional. O PEI compõe o Programa Educação – Compromisso de São Paulo, iniciado em 2011 e realizado com intensa participação da OSCIP Associação Parceiros da Educação.<sup>1</sup> Em 2018, 365 escolas participavam do PEI em todo o estado.

Os principais argumentos do governo estadual em defesa do PEI estão expressos a seguir:

- a) São escolas que apresentam resultados educacionais nas avaliações padronizadas superiores à média da rede estadual de educação;
- b) O PEI oferece melhores condições de trabalho aos docentes, com o pagamento de gratificação de 75% sobre os vencimentos básicos, para dedicação exclusiva do docente ao projeto.

Desde 2016, temos realizado pesquisas<sup>2</sup> buscando compreender as implicações do processo de implementação do PEI na rede estadual paulista. Desde então, temos verificado que os argumentos expressos pela SEDUC-SP são apenas uma parte da

---

<sup>1</sup> Segundo informações obtidas no site da entidade, a Parceiros da Educação é uma Associação sem fins lucrativos criada em 2004 e certificada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que trabalha por uma educação pública de qualidade no Brasil. A atuação da Parceiros da Educação tem dois focos: promover a parceria entre empresas, empresários e organizações da sociedade civil com escolas públicas, visando à melhoria do desempenho acadêmico dos alunos; apoiar o governo na adoção de políticas públicas consistentes que promovam a qualidade da educação pública. Por meio de programas formulados e monitorados por uma equipe de especialistas, todas as parcerias visam potencializar investimentos governamentais na área da educação, tornando redes de ensino e escolas mais eficientes com o objetivo central de melhorar o aproveitamento escolar dos alunos ([www.parceirosdaeducacao.org.br/quem-somos](http://www.parceirosdaeducacao.org.br/quem-somos)). Segundo Jair Ribeiro, um dos diretores da Associação Parceiros da Educação: “a escola que sonhamos e podemos ter já é uma realidade na rede estadual de São Paulo! Trata-se das escolas de ensino integral (Programa de Ensino Integral – PEI) introduzidas pelo programa Educação Compromisso de São Paulo, e já presentes nos estados de Pernambuco, Ceará, Goiás e Rio de Janeiro. Em São Paulo, essas escolas apresentam resultados expressivamente superiores às escolas regulares: (i) índices de aproveitamento escolar, no ensino médio, duas vezes superior à média do estado; (ii) nível de repetência significativamente menor que os da rede; e (iii) taxas de absenteísmo dos professores cerca de 70% menor que os do sistema como um todo (novos estudos de impacto estão sendo elaborados e serão divulgados ainda em 2016)” (<https://revistatrip.uol.com.br/trip-transformadores/conheca-o-programa-de-ensino-integral-a-escola-dos-sonhos-de-jair-ribeiro>).

<sup>2</sup> Os dados apresentados nesta Nota Técnica foram produzidos pelo Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMADI) do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e pela Rede Escola Pública e Universidade, a partir dos microdados do Censo Escolar publicados anualmente pelo Instituto Nacional de Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e os microdados da SEDUC-SP, obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação. Para a análise, adotamos como referência dados dos anos de 2011 e 2018, sendo 2011 o ano que antecede o início da implantação do PEI e 2018 o ano do último Censo Escolar publicado.

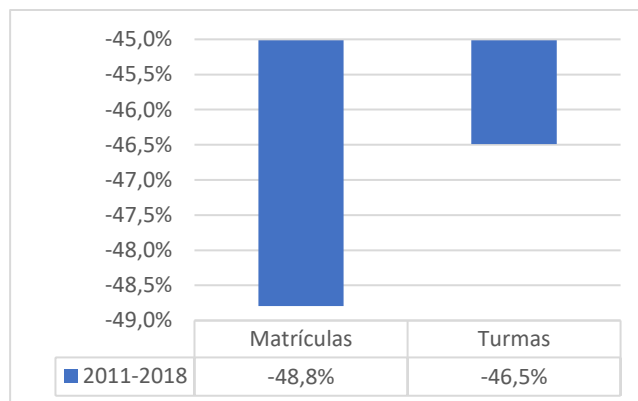


realidade, sendo fundamental analisar os impactos do PEI no aumento das desigualdades educacionais e socioespaciais em todo o território paulista. Até o presente momento, as pesquisas apontam para as seguintes evidências:

### 1ª EVIDÊNCIA

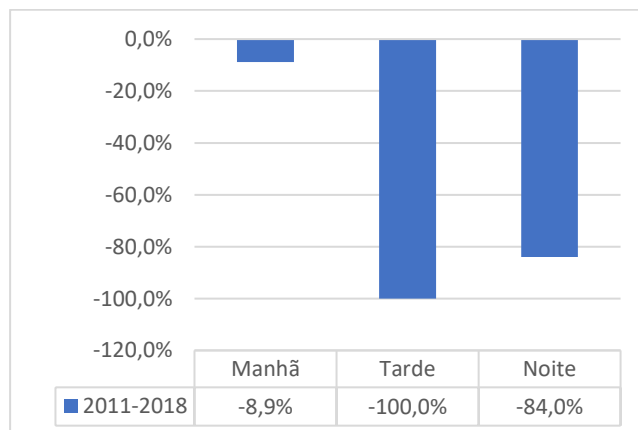
A implementação do PEI tem resultado em diminuição de atendimento na rede estadual de educação, com redução de matrículas, turnos e turmas, conforme podemos verificar nos **GRÁFICOS 1, 2 e 3**. No que se refere às matrículas, temos quase 50% menos vagas nas escolas PEI se comparado ao período em que não eram do Programa. Outro dado a destacar é que parte importante das vagas fechadas se concentra no período noturno, em especial na Educação de Jovens e Adultos. É importante destacar que desde 2007 há uma maior intensidade no fechamento de noturno em comparação aos outros turnos, conforme mostra o mapa 1.

**GRÁFICO 1:** Variação do número de matrículas e turmas nas escolas PEI, 2011-2018.



Fonte: Censo Escolar (Inep, 2011 e 2018).

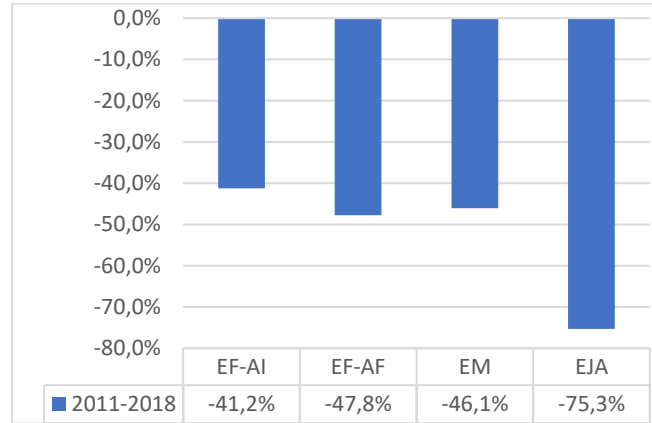
**GRÁFICO 2:** Variação do número de matrículas por turno nas escolas PEI, 2011-2018.



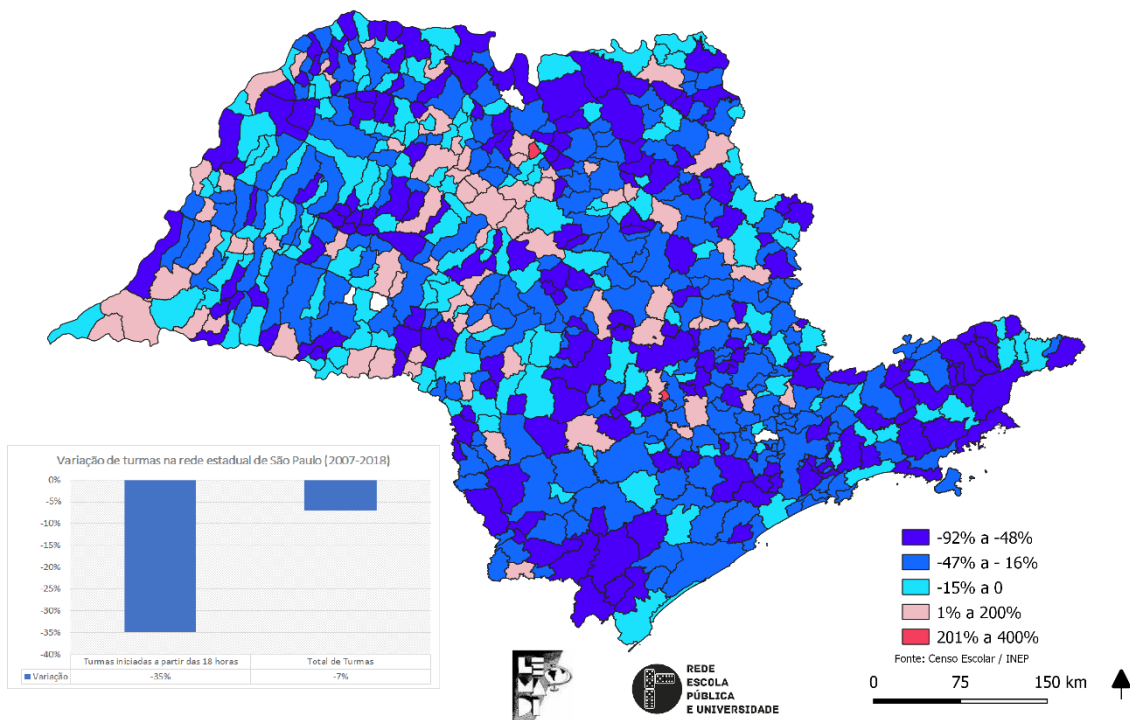


Fonte: Censo Escolar (Inep, 2011 e 2018).

**GRÁFICO 3:** Variação do número de matrículas por etapa de ensino nas escolas PEI, 2011-2018.



Fonte: Censo Escolar (Inep, 2011 e 2018).



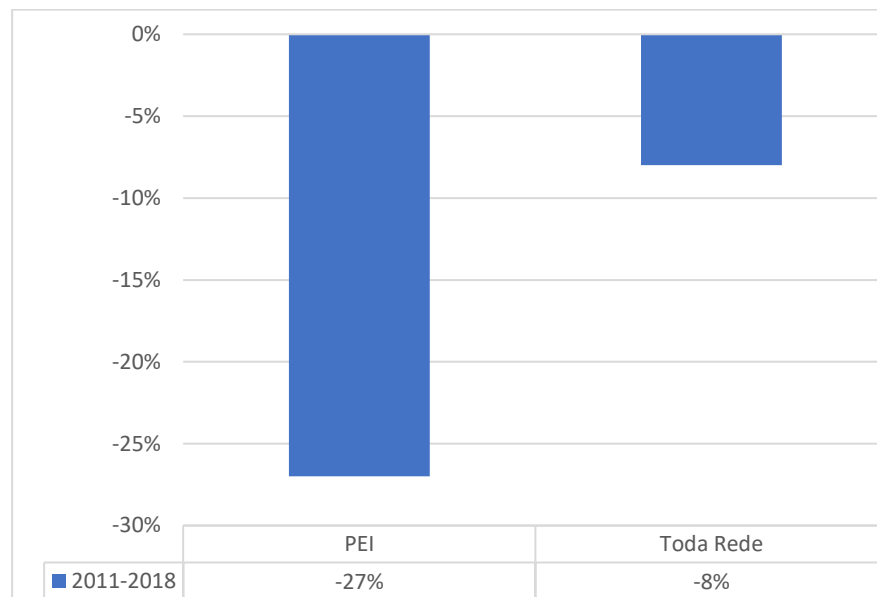
**MAPA 1:** Variação das turmas noturnas na rede estadual (2007-2018)



## 2ª EVIDÊNCIA

A implementação do PEI tem resultado em diminuição do número de cargos docentes na rede estadual de educação. Enquanto em toda a rede, no período entre 2011 e 2018, tivemos uma diminuição de 8% no número de docentes, este dado é quase 3,5 vezes maior nas escolas PEI, conforme mostra o **GRÁFICO 4**.

**GRÁFICO 4:** Variação do número de docentes nas escolas PEI e em toda rede estadual de educação, 2011-2018.



Fonte: Censo Escolar (Inep, 2011 e 2018).



### 3ª EVIDÊNCIA

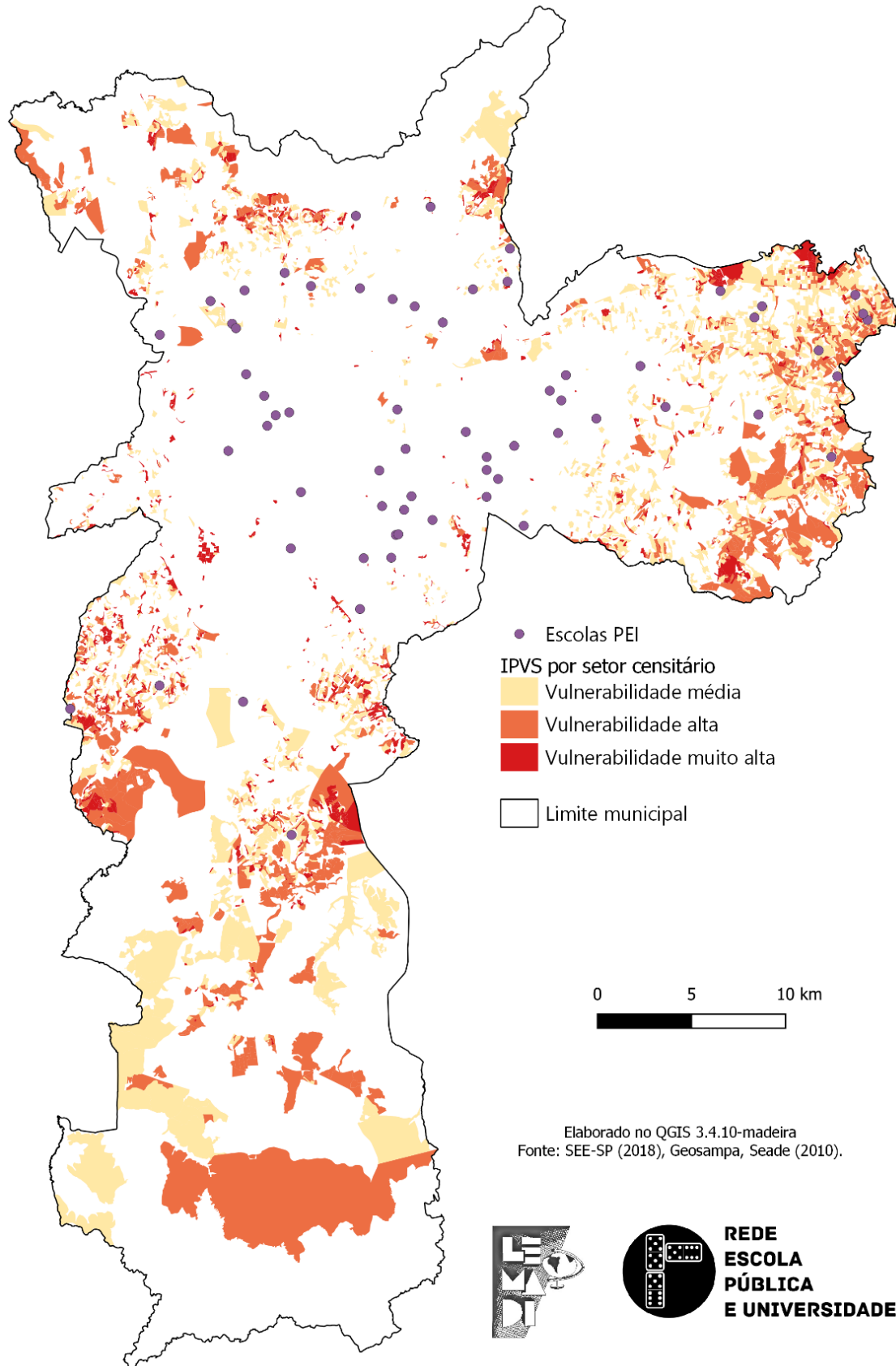
As escolas PEI privilegiam áreas de baixa vulnerabilidade social (**MAPAS 2 e 3**). Somado ao fato de não existir nenhum programa de permanência estudantil, o que acaba por contribuir que estudantes de baixa renda não permaneçam nas escolas PEI em decorrência, dentre outros fatores, da necessidade de conciliar estudos e trabalho, especialmente, no Ensino Médio, o Programa acaba por privilegiar estudantes com melhores condições socioeconômicas, como aponta o relatório do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo<sup>3</sup> publicado em 2015 e os estudos de Giroto e Cássio (2018)<sup>4</sup> e Giroto (2018).<sup>5</sup> Além disso, é importante destacar que as escolas indicadas para o PEI apresentam condições de infraestrutura melhores em relação às de outras unidades da rede estadual de educação, conforme podemos verificar nos **GRÁFICOS 5 e 6**.

---

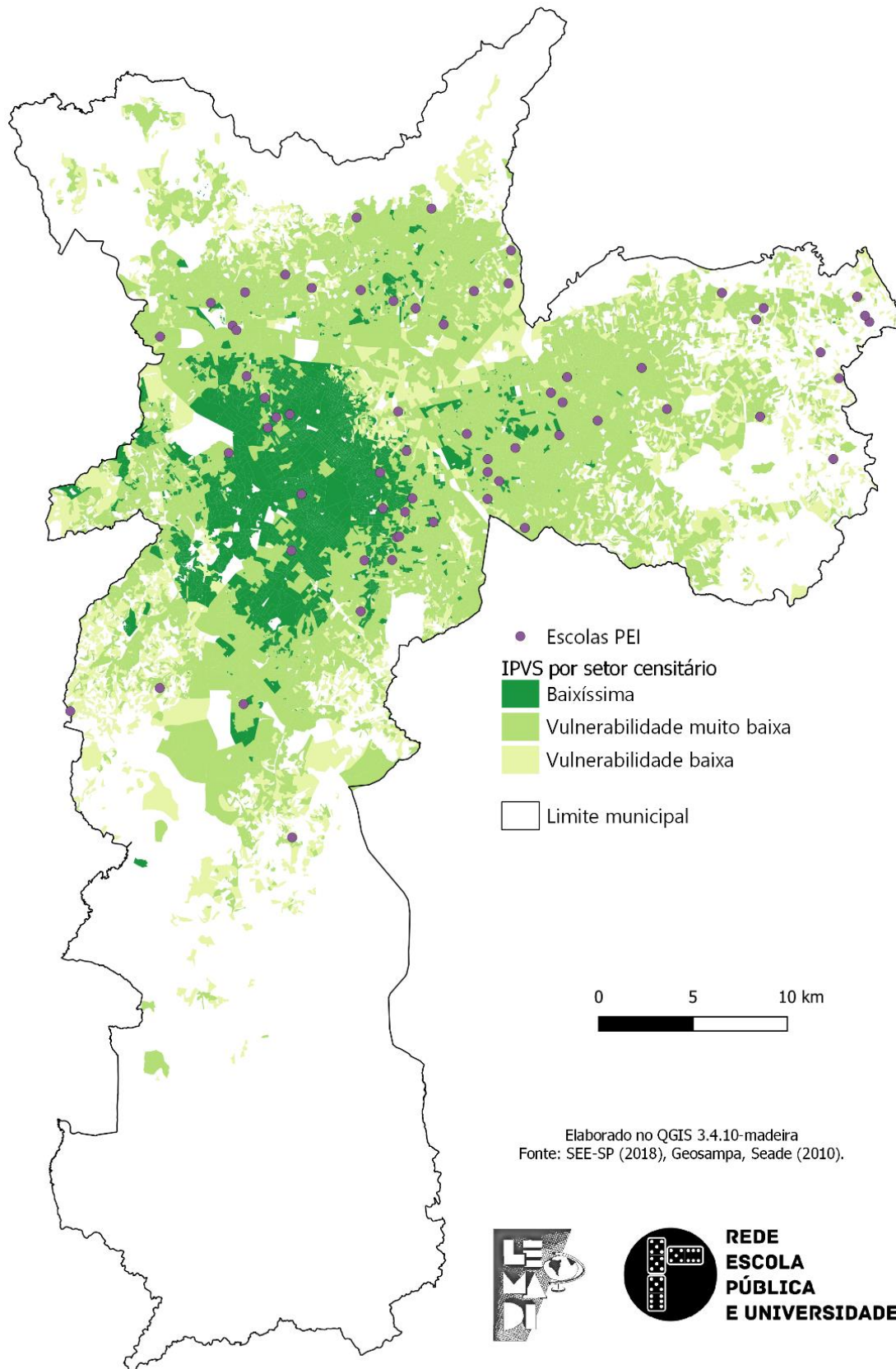
<sup>3</sup> Relatório de fiscalização de natureza operacional sobre os modelos de educação em período integral existentes na rede pública estadual de ensino. TCA n. 17.941/026/15 (TC – 3.554/026/15)

<sup>4</sup> GIROTTO, E. D.; CÁSSIO, F. L. A desigualdade é a meta: implicações socioespaciais do Programa Ensino Integral na cidade de São Paulo. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 26, n. 109, 2018.

<sup>5</sup> GIROTTO, E. D. (org.) *Atlas da Rede Estadual de Educação de São Paulo*. Curitiba: CRV, 2018.



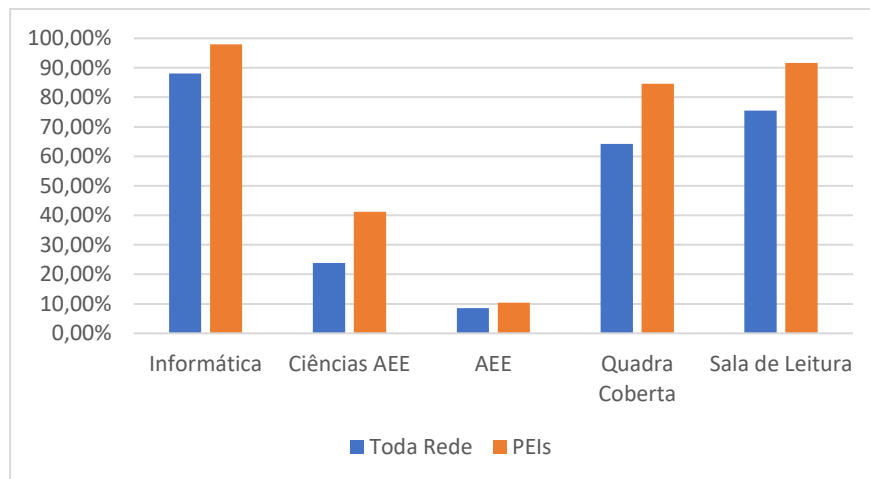
**MAPA 2:** Escolas PEI e vulnerabilidade social no município de São Paulo, 2018.



**MAPA 3:** Escolas PEI e vulnerabilidade social no município de São Paulo, 2018.

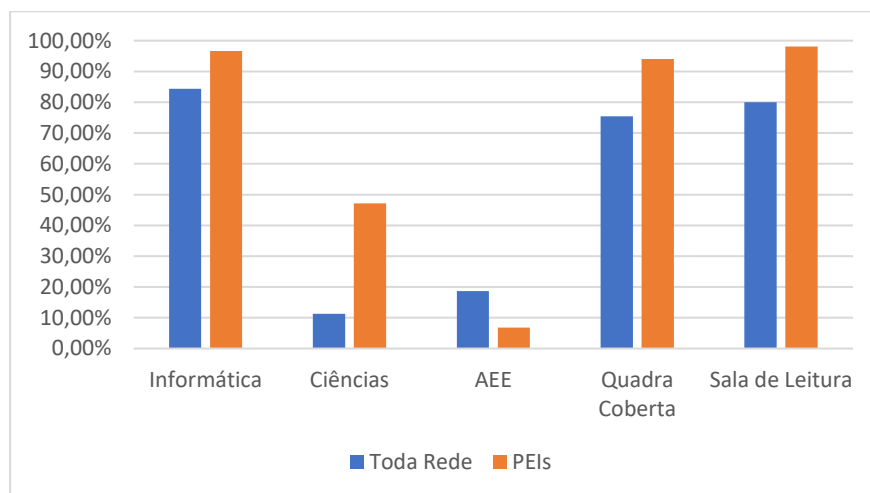


**GRÁFICO 5:** Infraestrutura das escolas da rede estadual, 2011.



Fonte: Censo Escolar (Inep, 2011).

**GRÁFICO 6:** Infraestrutura das escolas da rede estadual, 2018.



Fonte: Censo Escolar (Inep, 2011 e 2018).





#### **4ª EVIDÊNCIA**

O modelo de gestão por resultados produz um clima de competição entre estudantes, professores, coordenação, direção e supervisão. Mecanismos como a avaliação 360°, o controle do trabalho docente em sala de aula e a pressão por resultados que, no caso dos professores, significarão a permanência ou a exclusão do programa, instituem uma lógica de vigilância que acirra a competição e a insegurança entre os diferentes sujeitos da educação. Nas visitas às escolas PEI e nas entrevistas realizadas<sup>6</sup> coordenadores, docentes e discentes relataram longamente os impactos desse modelo de gestão sobre os sujeitos ficou bastante claro:

*A supervisão é bem clara: “vamos lembrar que é um regime que a qualquer momento você pode ser cessado”. A própria dirigente fala isso no ato da atribuição.*

**DOCENTE, PEI, MAR. 2019**

*Quando eu entrei na escola, os professores estavam em greve. Logo depois que eles voltaram da greve, um monte de professor foi cessado da escola.*

**DISCENTE 1, PEI, 2018**

*Tudo que vai ser dado no bimestre é colocado no documento e é fixado nas salas. E um aluno da sala vai lá toda semana e tica o que já foi dado. Se ele não cumprir, o aluno já está lá apontando o dedinho para ele. Tudo que ele vai trabalhar está no guia. O guia passa pelo coordenador de área, passa por mim, passa pelo diretor e depois é fixado na sala.*

**COORDENADOR PEDAGÓGICO, PEI, 2018**

*Em relação aos conteúdos, eles forçavam muito. Era matéria atrás de matérias e se você não entendeu, eles não se importavam. Eles só queriam ter resultado e se você viu aquela matéria, se teve contato com aquilo. Se você não aprendeu, não importava muito.*

**DISCENTE 1, PEI, 2019**

---

<sup>6</sup> Entre fevereiro de 2018 e setembro de 2019, foram realizadas 24 entrevistas com sujeitos de escolar PEI localizadas na cidade de São Paulo e no interior do estado.



As pesquisas desenvolvidas até aqui apontam que o PEI tem contribuído para a reprodução das desigualdades educacionais e socioespaciais da rede estadual paulista. Isso se sustenta, de um lado, na localização e na distribuição das escolas PEI em áreas de baixa vulnerabilidade social; de outro, na indução de mudanças no perfil socioeconômico dos estudantes dessas escolas, com a presença de um fenômeno que poderíamos denominar de “expulsão velada”, uma forma de exclusão escolar.

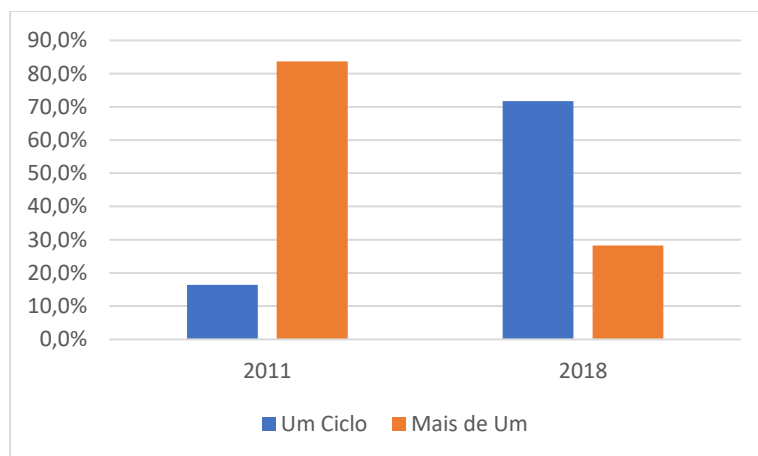
Ademais, as escolas PEI, se comparadas às unidades escolares do entorno e à própria rede estadual, possuem menos classes e matrículas (**TABELA 1**). São escolas para poucos. Nessas escolas também se observa a preferência por uma organização em ciclos únicos (**GRÁFICO 7**), o que coloca o PEI na mesma linha de políticas como a controversa proposta de Reorganização Escolar de 2015.

**TABELA 1:** Média de matrículas e quantidade de turmas, 2018.

MÉDIA		
	Matrículas	Turmas
Toda a rede	692,9	22,4
PEI	342	10,9
MODA		
	Matrículas	Turmas
Toda a rede	416	16
PEI	349	10

Fonte: Censo Escolar (Inep, 2018).

**GRÁFICO 7:** Variação da quantidade de ciclos nas escolas PEI, 2011-2018.



Fonte: Censo Escolar (Inep, 2011 e 2018).



É importante compreender o **melhor desempenho obtido pelas escolas PEI nas avaliações** em larga escala realizadas pela SEDUC-SP como **parte de um projeto educacional restritivo**, que não pode ser universalizado devido às características seletivas na escolha das escolas e estudantes que permanecem no programa. A “melhor qualidade” dessas escolas, como propaga o governo, não é necessariamente resultado de seu modelo de gestão que, como visto nos depoimentos, se distancia do princípio constitucional da gestão democrática escolar.

Assim, é preciso perguntar: qual o custo social dessa lógica de produção de resultados educacionais, definidos apenas em termos quantitativos? É aceitável que, para produzi-los, se elabore um modelo de escola para poucos, excluindo os estudantes mais pobres, (re)produzindo desigualdades educacionais e socioespaciais e ampliando ações de violência contra os mesmos grupos sociais historicamente violentados?

É fundamental ampliar o debate público democrático e transparente acerca das políticas educacionais no Estado de São Paulo, escutando todos os sujeitos que constroem a educação pública na rede estadual. Não é cabível que se continue a reproduzir processos de implementação de políticas públicas que tomem docentes, discentes e comunidades escolares como meros espectadores das ações do Estado e de seus parceiros privados, como tem ocorrido no caso do PEI, **política que amplia privilégios educacionais e viola o direito a uma educação pública de qualidade socialmente referenciada para toda a população.**

## **SOBRE A REPU**

A Rede Escola Pública e Universidade foi constituída por um grupo de professores e pesquisadores de diferentes universidades públicas do Estado de São Paulo (Unicamp, UFSCar, UFABC, USP, Unifesp e IFSP) em fevereiro de 2016, motivada pelos acontecimentos envolvendo a proposta de reorganização da rede estadual paulista em 2015 e os movimentos de resistência à sua implementação. A Rede tem como objetivo realizar estudos, pesquisas e intervenções, visando contribuir com a ampliação do direito à educação de qualidade e provocar o diálogo entre as comunidades escolares e as universidades públicas.